



**RELATÓRIO GERAL SOBRE AS AGENDAS CUMPRIDAS PELO DEPUTADO ALAN RICK
DURANTE A COP 21, EM PARIS.**

DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2015

HORÁRIO: 16:00 horas

LOCAL: Embaixada do Brasil, em Paris

Reunião dos governos do Acre e Mato Grosso para apresentação do Protocolo de Compromisso desses estados em reduzir a zero o desmatamento até 2020.

RESUMO:

Na sede da embaixada do Brasil, em Paris, participei da reunião onde foram formalizadas as assinaturas do Protocolo de Compromisso dos Estados do Acre e Mato Grosso para reduzir a zero o desmatamento até 2020. Participaram do ato a ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira, o embaixador do Brasil na França, Paulo César de Oliveira Campos, o senador Jorge Viana, os governadores do Acre, Tião Viana, do Mato Grosso, Pedro Taques, do Tocantins, Marcelo Miranda, o vice-governador do Maranhão, Carlos Brandão, as comitativas dos estados do Acre e Mato Grosso, além de autoridades, representantes de organizações de defesa do meio-ambiente e da imprensa.

Consideramos a proposta um avanço e uma postura ousada desses estados da federação. O posicionamento do Acre, berço de líderes ambientais como Chico Mendes e Marina Silva e do Mato Grosso, uma das potências agrícolas do país, é a demonstração que mesmo com culturas e modelos de desenvolvimento diferentes, ambos podem alcançar uma economia de baixo carbono, respeitando o meio-ambiente com ações efetivas. Uma pauta de extrema importância para a agenda ambiental e econômica do Brasil.

“No mundo, nenhum governo conseguiu reduzir emissões como o Acre. Temos 87% da nossa cobertura vegetal preservada. Nossa meta agora é acabar com o desmatamento ilegal no estado até 2018, antecipando-se à meta do governo federal de 2030”, destacou Tião Viana, governador do Acre.

O embaixador do Brasil na França, Paulo César de Oliveira Campos, destacou que a Amazônia tem um papel fundamental para as discussões sobre emissões de gás carbônico no mundo. “Sou um grande admirador da Amazônia e do Acre, mais especificamente. A presença dos governadores aqui em Paris é de extrema relevância para mostrar ao mundo que o Brasil é um player importante no combate às mudanças climáticas”, explicou.



DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

HORÁRIO: 11:00 horas

LOCAL: Embaixada do Brasil, em Paris.

Reunião dos Parlamentares Brasileiros e membros da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com o embaixador.

Anfitrião: Embaixador Paulo César de Oliveira Campos

Deputados presentes: Alan Rick (PRB/AC), Ricardo Trípoli (PSDB/SP), José Sarney Filho (PV/SP), Eros Biondini (PTB/MG), Evandro Gussi (PV/SP) e Jaime Martins Filho (PSD/MG)

Senadores presentes: Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Jorge Viana (PT/AC), Donizete Nogueira (PT/TO), Roberto Rocha (PSB/MA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM).

RESUMO:

O embaixador do Brasil na França, Paulo César Campos, agradeceu a presença e participação dos parlamentares brasileiros à COP 21, reiterou o papel de protagonismo do Brasil no debate ambiental, liderado pela ministra Izabela Teixeira, e expressou seu otimismo na assinatura de um acordo global de redução das emissões de CO2 principalmente pelos países desenvolvidos, notadamente Estados Unidos, União Europeia e China. O Embaixador também elogiou o compromisso dos estados do Acre e Mato Grosso a reduzir a zero o desmatamento ilegal até o ano de 2020.

O senador Fernando Bezerra, atual presidente da CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas abriu a fala dos parlamentares relatou seu otimismo com a apresentação das 185 propostas, até aquele momento, com as metas de cada país para a redução de emissões de gases do efeito estufa.

O deputado Sarney Filho, vice-presidente da CMMC, levantou um dos grandes questionamentos da COP que é o financiamento das ações de redução de emissões. Como e com quanto recurso os países desenvolvidos devem auxiliar os países em desenvolvimento a colocar em prática as ações de redução de emissão de gases poluentes. O deputado também criticou o tamanho da sala do Brasil em Le Bourget, no que foi seguido por todos os demais parlamentares. Frisou que foi iniciativa sua a criação da CMMC – Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas.

O senador Jorge Viana reiterou, “o Brasil tem 20% da biodiversidade do planeta, é o detentor da maior reserva de Florestas Tropicais do mundo. Desde a ECO 92 tem se colocado como protagonista na questão ambiental. ”

Lembrou que a CMMC conta com dois ex-Ministros de Estado, Fernando Bezerra Coelho (da Integração Nacional) e José Sarney Filho (Meio Ambiente). Além disso,



elogiou a Embaixada do Brasil em Paris pelo altíssimo nível dos debates sobre meio ambiente nos eventos paralelos à COP-21.

Também foi pontuado que o principal objetivo é suceder o Protocolo de Kyoto de 1997 que foi um retumbante fracasso. O senador Jorge Viana também falou de sua proposta de alteração da Lei 12.114/2009 que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para tornar menos burocrático o acesso aos recursos do fundo Amazônia.

O senador Jorge Viana citou que “estão disponíveis mais de 600 milhões de dólares para execução do fundo Amazônia”. Porém, Jorge Viana criticou a burocracia para a liberação dos recursos. O deputado Sarney Filho propôs retirar o gerenciamento dos recursos do BNDES e colocar no Banco da Amazônia.

O Deputado Ricardo Trípoli, em sua breve explanação, mencionou que, de fato, cabe ao Brasil papel de liderança e de relevância na área ambiental, mas que, em sua opinião, isso não teria sido demonstrado até o momento. Acrescentou que a participação brasileira é sempre muito aguardada, mas que ao final dos encontros ambientais, o Brasil não traz nada de muito relevante ou inovador à mesa de negociação. A expectativa que o mundo tem com relação ao Brasil, segundo ele, é muito maior do que o Brasil pode imaginar. Assinalou, ao final, que se faz necessário mudar a visão, no Brasil, de que o agronegócio é incompatível com a preservação do meio ambiente.

Há duas leis diretamente relacionadas à mudança do clima em vigor no País: Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. A Lei 12.187/2009 institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e estabelece seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos.

A Política e as ações dela decorrentes observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã e do desenvolvimento sustentável. A Política Nacional sobre Mudança do Clima tem, entre outros, os seguintes objetivos: - compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático; - redução das emissões e fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional; - implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima; - conservação dos recursos ambientais, com particular atenção aos grandes biomas naturais tidos como Patrimônio Nacional; - consolidação e expansão das áreas legalmente protegidas e incentivo aos reflorestamentos e à recomposição da cobertura vegetal em áreas degradadas.

Entre os instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima, figuram o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, já elaborado pelo Governo federal, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, criado pela Lei 12.114/2009, os Planos de Ação



para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas, assim como mecanismos financeiros e econômicos referentes à mitigação da mudança do clima e à adaptação aos efeitos da mudança do clima.

A Senadora Vanessa Grazziotin reiterou seu constrangimento com a sala do Brasil em Le Bourget. Segundo a senadora, seguida pelos demais parlamentares, a sala do Brasil não representa a grandeza de nossa atuação na COP e em todos os debates ambientais no planeta e que apequena o papel do Brasil nesta conferência tão importante. Senadora também criticou os Estados Unidos: "Não sou otimista. Os EUA sempre arranjam uma desculpa para não assinar. Os democratas sempre colocam a culpa nos republicanos." A Senadora elogiou a proposta brasileira.

DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

HORÁRIO: 16:30 horas

LOCAL: Parque de Exposições de Le Bourget.

Palestrantes: Lord Nicholas Stern, Presidente do Instituto de Pesquisa Grantham – LSE; Izabella Teixeira - Ministra do Meio Ambiente do Brasil; Thomas Heller - Diretor Executivo da Iniciativa de Política Climática – CPI; Amar Bhattacharya - Senior Fellow, Brookings Institution; Simon Upton - Diretor de Meio Ambiente – OECD; Larry Kramer - Presidente da Fundação Hewlett

Moderador: Dr. Barbara Buchner - Diretor Sênior da Iniciativa Política Climática - CPI

TEMA: Growth, the driver of climate change Action. How infrastructure investments and more efficient land use can support both growth and climate change activities.

“Crescimento como propulsor das ações de mudanças climáticas. ”

“Como investimento em infraestrutura e uma utilização mais eficiente da terra pode apoiar tanto o crescimento quanto ações para mudanças climáticas. ”

RESUMO:

Fala do senhor Thomas Heller: “Enquanto o negócio em si é um grande passo para a frente, o salto maior foi o reconhecimento, por todo o mundo, que a ação sobre as mudanças climáticas e o crescimento econômico pode e deve ser feito em parceria. Este acordo de Paris tem reconhecido que as lacunas substanciais entre os custos da energia limpa e fóssil entraram em colapso e que é possível produzir alimentos usando melhor uma menor quantidade de solo.

Os planos para a ação climática que os países se comprometeram em Paris já foram suficientes para cobrir uma grande parte da redução de emissões necessário. E



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Alan Rick - PRB/AC

Quando os analistas apontaram que a soma total dos planos Pré-Paris não seria suficiente para limitar o aquecimento a partir de níveis perigosos, eles ainda mostram que há um impulso significativo.

As empresas também intensificaram sua participação este ano. Pessoas ricas, escritórios familiares e fundações tem se comprometido com o apoio financeiro para ajudar a mover novas soluções de energia limpa, incluindo aí chefes de grandes empresas, como Richard Branson e Paul Polman, que se comprometeram com a meta de zero emissões até 2050.

Por que as nações e as empresas mudaram o tom?

Com a população mundial e da classe média crescente a cada ano, as nações e os investidores se concentraram em primeiro lugar no crescimento econômico. Mas contrário ao pensamento convencional do passado, este foco no crescimento não é mais um constrangimento sobre a ação na mudança do clima. Pelo contrário, é uma fonte de usos mais produtivos do capital que pode nos levantar das fracas economias dos últimos anos através de economia de recursos de investimento.

Investimentos públicos e privados na economia de baixo carbono estão entregando lucros, redução de emissões, e construindo capacidade de resistência a choques de energia e clima. O financiamento do clima aumentou 18% para US\$ 391.000.000.000 ano passado. Notavelmente, a maior parte desse dinheiro vem do setor privado, com as políticas governamentais desempenhando um papel importante para facilitar este investimento.

Há mais oportunidades para beneficiar economicamente a ação de mudanças climáticas.

A IPC (Iniciativa de Política Climática) mostrou que os EUA e a Europa podem reduzir os custos de eletricidade em até 20%, ajustando modelos de negócios para serem mais voltados tanto para as energias renováveis quanto para os consumidores. De fato, os investidores muitas vezes se saem melhor ponderando suas carteiras para investimentos verdes. ”

DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2015

HORÁRIO: 10:30 horas

LOCAL: Embaixada do Brasil, em Paris

Painel dos Catadores de Material Reciclado

Palestrantes: Severino Lima Júnior - Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclado; Carlos Klink - Ministério do Meio Ambiente; Paulo Pompillo - Representante do Setor Varejista (Grupo Pão de Açúcar); Victor Bicca Neto - Representante do Setor Industrial; Paulo Cesar Campos - Embaixador do Brasil na França;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Alan Rick** - PRB/AC

TEMAS: Política brasileira sobre resíduos sólidos, os direitos dos catadores de material reciclável, seu papel social e econômico, a organização das cooperativas, a legislação brasileira sobre resíduos sólidos e sobre os direitos dos catadores.

RESUMO:

O Painel dos Catadores de Materiais Recicláveis que contou com a presença do Representante do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclado, Severino Lima Júnior, do representante do Grupo Pão de Açúcar, Paulo Pompillo, do representante do MMA, Carlos Klink, do setor industrial, Victor Bicca Neto e do embaixador do Brasil em Paris, Paulo César Campos.

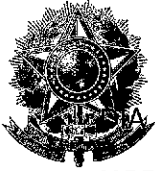
A reciclagem movimenta cerca de R\$ 12 bilhões por ano no Brasil. Mesmo assim, o País perde em torno de R\$ 8 bilhões anualmente por deixar de reciclar os resíduos que são encaminhados aos aterros ou lixões, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) encomendado pelo Ministério do Meio Ambiente. Isso porque o serviço só está presente em 8% dos municípios brasileiros.

90% do material reciclável que vai para a indústria passa pelas mãos dos catadores - organizados e não organizados. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em 1999 e hoje está presente em praticamente todo país.

A lei 11.445 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e permite que as prefeituras contratem as organizações de catadores para fazer o trabalho de coleta seletiva. Assim, as cooperativas viram um negócio e não apenas uma atividade social.

O alumínio é o campeão de reciclagem no País, com índice de 90%, segundo os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável de 2010 do IBGE. As latinhas de alumínio, por exemplo, 98 % são recicladas. Isso se deve ao alto valor de mercado de sua sucata, associado ao elevado gasto de energia necessário para a produção de alumínio metálico. Para o restante dos materiais, à exceção das embalagens longa vida, os índices de reciclagem variam entre 45% e 55%. Com o preço vantajoso os catadores preferem as latinhas. O Brasil e o mundo precisam avançar na reciclagem do vidro, papel e material orgânico.

Algumas propostas foram apresentadas: criação e ampliação dos pontos voluntários de coleta seletiva; melhorar a remuneração do catador; assinatura do Acordo Setorial do seguimento; construção dos aterros sanitários e das unidades de tratamento de resíduos sólidos para acabar com os lixões; ampliar a proposta do empreendedor individual ambiental; acelerar o andamento dos projetos de Lei favoráveis aos catadores como o PLS 279/2011 - que enquadra como segurado especial, contribuindo com 2,3% do seu faturamento bruto anual. Passa a ter direito aos benefícios do INSS.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Alan Rick** - PRB/AC
10 DE DEZEMBRO DE 2015

HORÁRIO: 13:45 horas

LOCAL: Parque de Exposições de Le Bourget

Painel: FÓRUM BRASILEIRO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

PALESTRANTE: Izabella Teixeira – Ministra de Estado do Meio Ambiente

DEBATEDORES: Luiz Pinguelli Rosa - Pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador geral do Fórum; Luiz Alberto Figueiredo - Embaixador do Brasil em Washington; Carlos Klink - Secretário de Mudanças Climáticas do MMA; Neilton Fidelis – Pesquisador da UFRJ e Coordenador Executivo do Fórum

RESUMO:

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, conduziu um importante debate no início da tarde desta quinta-feira, dia 10, onde afirmou que os 195 países participantes da COP demonstram a busca pelo entendimento sobre o protocolo em pauta em Paris. A ministra mostrou otimismo de que os países encontrem saídas comuns para os temas onde ainda não há consenso.

A ministra enfatizou a busca pelos negociadores para eliminar os parênteses com ressalvas impostas por interesses específicos de cada país. Segundo ela, os esforços concentram-se em discussões de cunho diplomático para a conclusão do texto final.

As emissões advindas da produção industrial que gera gases poluentes e da geração e consumo de energia, como os combustíveis fósseis, precisam ser reduzidas. Portanto, o acordo deve estabelecer as metas individuais de cada país. Assim, se cada um cumprir suas metas, devem evitar o aumento superior a 2°C da temperatura média global até 2100.

O tema “financiamento” foi um dos mais debatidos. Os países em desenvolvimento reiteram a necessidade da ajuda das nações mais ricas para que possam atingir suas metas individuais. A expectativa é de que o protocolo aqueça a economia dos países emergentes. O “Grupo dos 77” do qual fazem parte o Brasil e a China, mostrou protagonismo e engajamento para o consenso.

Mecanismos de implementação da redução de emissões e ajustes ao clima atual, os meios de financiamento e a transferência de tecnologia foram exaustivamente debatidos.

DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2015

HORÁRIO: 13:15h

LOCAL: Parque de Exposições de Le Bourget

Painel: Oportunidades e Desafios para as políticas brasileiras e o setor privado



Palestrantes: Jorge Abraham - CEO do Instituto Ethos; Marina Grossi - Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); Carlo Pereira - Coordenador do Clima e Energia; Paul Dickson - Diretor Geral da CDP; Mariana Nicolletti - Coordenadora da GVces

Mediador: Reinaldo Canto - Envolverde

RESUMO:

Evento paralelo realizado por organizações brasileiras com o objetivo de debater as realizações na redução de emissões pelo setor privado reforçada por uma estratégia de economia de baixo carbono focado principalmente em energia e agricultura. Participaram representantes da CEBDS, Ethos, CDP, FGV, Global Compact, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente.

Marina Grossi, presidente do CEBDS reforçou que o setor privado é quem executa as decisões tomadas pelos governos em relação às mudanças climáticas.

Mariana Nicolletti afirmou que a COP 21 não é o final e sim o começo do desafio que deve ser um empenho de todos os setores envolvidos. Que as organizações não governamentais e principalmente o setor privado é que executarão as ações que reduzirão o impacto dos gases de efeito estufa.

Jorge Abraham reafirmou que o setor privado tem buscado com inovação e novas tecnologias produzir através de fontes de energia limpa e renovável, porém, concordando com Marina e Mariana que a COP é apenas o começo desse grande desafio em que a sociedade, os governos, as organizações ambientalistas e principalmente as empresas devem estar empenhadas em cumprir seu papel para a redução dos gases do efeito estufa para que se alcance as metas graduais até 2050 e 2100.

ALAN RICK
Deputado Federal - PRB/AC